



ACTA

Aos vinte e nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves de Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

O Presidente da Câmara, após ter saudado todos os presentes, esclareceu que esta reunião não iria ainda ter “**período de antes da ordem do dia**”, visto ser a primeira reunião do novo mandato autárquico, onde iriam ser, entre outras, apreciadas e votadas as regras de funcionamento das reuniões do Executivo, conforme consta da proposta agendada. Disse, contudo, que, no final da reunião, daria a palavra aos membros eleitos que a pretendessem usar. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Outubro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Património: “**CONTRATO DE URBANIZAÇÃO E ÁREA VERDE JUNTO À VARIANTE DE SILVARES** – Decorrente da necessidade de implementar a Variante de Silvares e de acordo com o Contrato de Urbanização celebrado em 23 de Dezembro de 2008 entre o Município de Guimarães e as empresas “Grande Solar – Construções, S.A.”, “Buildingland Investimentos Imobiliários, Lda”, “Normaster – Investimentos Imobiliários, Lda”, “Japmobili – Gestão Imobiliária, S.A” e

“Imosenatus – Imobiliária, S.A”, ficou estipulado, nos termos do anexo 1 daquele documento, a localização de áreas de construção e áreas não edificáveis, mas que se destinavam a estacionamento e vias de acesso. Segundo informação verbal do representante da “Buildingland, Lda”, prestada junto desta Divisão, aquando da execução da referida obra foi ocupada, indevidamente, uma parcela de terreno com a área de 486,60 m², propriedade daquela empresa, que é parte do prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1185/Silvares, melhor identificada nas plantas anexas. A fim de evitar o pagamento de uma indemnização, por parte do Município, pela ocupação indevida e não autorizada daquele terreno, a referida Sociedade solicita a permuta de parte de um caminho público confrontante com o seu prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1188/Silvares, por duas parcelas, a desanexar do mesmo prédio, assinaladas nas mencionadas plantas. Conforme informação prestada pelo Departamento de Obras Municipais em 9 do corrente mês, a área ocupada e não prevista no projecto da obra foi de 489,00m². De acordo com a informação do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, da mesma data, no estudo urbanístico “centralidade de Silvares”, encontra-se prevista a possibilidade de anulação do troço do caminho público em causa e, “com a concretização projectual (agora em fase mais adiantada, dir-se-á projecto de execução), verifica-se que é gerada uma nova via, denominada Variante de Silvares, que, através de uma rotunda de acesso às construções e caminho público existente pressupõe a substituição do troço do caminho em causa, garantindo todas as funcionalidades e acessos antes observados”. Como consta da mesma informação, a rotunda na estrada nacional 206, entretanto construída, ocupou mais terreno do que o inicialmente previsto, julgando-se de modo a melhor se adaptar ao terreno



e melhor se inserir no arruamento reperfilado (estrada nacional 206). Assim, conforme referido naquela informação, porque o troço do caminho público em causa afigura-se desnecessário e “compensado” por uma via melhorada (e de acessibilidade ao caminho existente mais qualificada) e porque a rotunda em causa se apresenta essencial para o trânsito em circulação na área envolvente, do ponto de vista urbanístico pode encarar-se favoravelmente a permuta proposta. Ora, de acordo com o parecer do distinto advogado, Sr. Dr. Luís Teixeira e Melo, inclusão deste troço do domínio público, no património da requerente, não carece de ser precedido de qualquer processo formal de desafecção do terreno e poderá ser incorporado em prédios confinantes, mediante troca com terrenos utilizáveis em estradas ou outros melhoramentos públicos. O troço de caminho a inutilizar tem a área de 933,45 m², e as parcelas que a “Buildingland Investimentos Imobiliários, Lda”, pretende entregar ao Município têm as áreas de 456,80 m² e 489,00m², sendo necessárias a melhoramentos públicos (construção de Variante e alargamento da E.N. 206). Considerando o valor de € 25,83/m², determinado em avaliação efectuada em Julho de 2009, por perito da lista oficial, para os terrenos situados nas imediações das parcelas em causa, a parcela do Município terá o valor de €24.111,01 e as parcelas que totalizam 945,80m², representam € 24.430,01, sendo aceite pelos interessados atribuir à permuta o valor igual de **€24.111,01**. Assim, deverá ser superiormente decidida a aceitação da permuta dos identificados terrenos, pelos valores indicados, mediante a celebração de um certificado de troca, nas condições previstas nos artigos 8º e 9º do Decreto 19.502 de 24 de Março de 1931. À consideração superior”; **2** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 158 a 160 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 21 de Setembro, das seguintes propostas: **a)** – “Ampliação e Requalificação da

Escola EB1 Oliveira do Castelo – Repartição de Encargos”; **b)** – “Aquisição Amigável de Terreno necessário à construção do Novo Centro Escolar de Ponte”; **c)** – “Alterações ao Regulamento Municipal para atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos.” -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se os Vereadores Francisca Abreu, Alexandra Gesta, José Augusto Araújo, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida por não terem estado presentes naquela reunião. -----

CÂMARA – REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL – PERIODICIDADE E FUNCIONAMENTO – Presente a seguinte proposta: “Para cumprimento do estabelecido nos artigos 62º, 83º e 84º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho: 1 - Que a Câmara Municipal estabeleça a Quinta-Feira para seu dia de reunião ordinária, que será quinzenal e pública, com início às 10.00 horas, na Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho; 2 - Que se estabeleça o princípio de, em cada reunião, se deliberar apenas sobre assuntos previamente agendados na ordem do dia da reunião, salvo se, tratando-se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros presentes reconhecerem a urgência da deliberação; 3 - Que se adopte o seguinte critério de funcionamento das reuniões: 3.1 – Intervenções dos membros da Câmara Municipal – até ao limite da primeira meia hora de reunião; 3.2 - Informações à Câmara Municipal; 3.3 – Votação dos assuntos agendados; 3.4 – Período reservado ao público”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



CÂMARA – NÚMERO DE VEREADORES EM REGIME DE PERMANÊNCIA – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto número 2, do artigo 58º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal delibere fixar em cinco o número de Vereadores em regime de permanência”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CÂMARA – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art. 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e demais legislação específica que pontualmente abaixo se identifica, proponho que a Câmara Municipal me delegue as seguintes competências, com a faculdade de as subdelegar: **1 – No âmbito da organização e funcionamento dos serviços e gestão corrente:** **a)** Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal; **b)** – Proceder à marcação das faltas dos membros da Câmara Municipal e à respectiva justificação; **c)** - Decidir sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços até ao montante de 748.196,85 euros, decidindo, caso a caso, dentro dos limites da lei (nº 2 do art. 29º do DL nº 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea b) do nº 1 do art. 4º do mesmo diploma), sobre o procedimento prévio a adoptar, bem como sobre todos os actos praticados nas diversas fases processuais até à respectiva adjudicação, inclusive; **d)** - Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei; **e)** - Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública; **f)** - Alienar em hasta pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que a alienação decorra da

execução das opções do plano e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções; **g)** – Apoiar ou comparticipar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei; **h)** – Organizar e gerir os transportes escolares; **i)** - Autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas até ao montante de **748.196,85 euros**, decidindo, caso a caso, dentro dos limites da lei (nº 2 do art. 29º do DL nº 197/99, de 8 de Junho), sobre o procedimento prévio a adoptar, bem como sobre todos os actos praticados nas diversas fases processuais até à respectiva adjudicação, inclusive; **j)** - Aprovar os projectos, programas de concurso e cadernos de encargos relativamente a empreitadas de obras públicas e fornecimentos de bens e serviços; **k)** - Dar cumprimento, no que lhe diz respeito, ao Estatuto do Direito de Oposição; **l)** - Decidir sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição; **m)** - Promover a publicação de documentos anais ou boletins que interessam à história do Município; **n)** - Decidir sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; **o)** - Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável; **p)** - Decidir sobre a deambulação e extinção de animais nocivos; **q)** - Decidir nas matérias que o Decreto-Lei nº 312/2003, de 17 de Dezembro (detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia) comete à Câmara Municipal; **r)** - Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos fixados na lei geral, e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de



forma inequívoca e duradoura; s) – Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município. **2 – No âmbito do planeamento e do desenvolvimento:** **a)** - Executar as opções do Plano e Orçamento aprovados, bem como aprovar as suas alterações; **b)** – Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e, ainda, os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo; **c)** - Criar, construir e gerir instalações e equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal; **d)** - Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei; **e)** – Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central; **f)** – Designar os representantes do município nos conselhos locais, nos termos da lei; **g)** - Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal; **h)** – Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal. **3 – No âmbito consultivo:** Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nos casos estabelecidos por lei. **4 – No âmbito do apoio a actividades de interesse municipal:** **a)** - Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio

aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes do regulamento municipal; **b)** - Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do estado, nos termos definidos por lei. **5 – Em matéria de licenciamento e fiscalização, designadamente:**

a) – Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, nos termos do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro; bem como decidir nas restantes matérias que este diploma legal comete à Câmara Municipal; **b)** - Decidir sobre o licenciamento de estabelecimento de pedreiras (Decreto-Lei nº 270/2001, de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 340/2007, de 12 de Outubro); **c)** - Decidir sobre o licenciamento das áreas de serviço instaladas na rede viária municipal, nos termos do Decreto-Lei nº 260/2002, de 23 de Novembro; **d)** - Decidir sobre o licenciamento e fiscalização das actividades previstas nos Decretos-Leis nºs. 264/2002, de 25 de Novembro, e 310/2002, de 18 de Dezembro; **e)** - Decidir sobre o licenciamento das instalações de armazenamento de produtos de petróleo e das instalações de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e local, bem como sobre a emissão das respectivas licenças de exploração, nos termos do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 195/2008, de 6 de Outubro; **f)** - Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 228/2009, de 14 de Setembro (regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos); **g)** - Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo



Decreto-Lei nº 209/2008, de 28 de Outubro, (Regime de Exercício da Actividade Industrial); **h)** - Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de Maio (construção de infra-estruturas de redes de comunicações electrónicas, instalação de redes de comunicações electrónicas e construção de infra-estruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e edifícios); **i)** - Decidir sobre pedidos de reconhecimento de interesse para a economia do concelho de unidades industriais, nos termos e para os efeitos previstos na alínea e) do nº 1 do art. 34º e na alínea e) do nº 2 do art. 41º, ambos do Regulamento do Plano Director Municipal de Guimarães. **j)** - Decidir no âmbito dos processos de manutenção e inspecção de ascensores, montacargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, nos termos do Decreto-Lei nº 320/2002, de 28 de Dezembro; **k)** - Fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos no Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de Maio. **l)** - Conceder as licenças previstas na Lei nº 97/88, de 17 de Agosto, alterada pela Lei nº 23/2000, de 23 de Agosto (afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda), bem como decidir nas restantes matérias que este diploma legal comete à Câmara Municipal; **m)** - Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Código Florestal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 254/2009, de 24 de Setembro; **n)** - Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro (Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios); **o)** - Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pela Lei nº 20/2009, de 12 de Maio (transferência de atribuições para os municípios em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como no domínio da prevenção e da defesa da floresta); **p)** - Decidir em matéria de feiras e mercados do concelho, definida nos Decretos-Leis nºs 42/2008,

de 10 de Março e 177/2007, de 26 de Agosto, bem como decidir nas restantes matérias que estes diplomas legais cometem à Câmara Municipal.

q) - Decidir sobre o exercício da venda ambulante, bem como nas restantes matérias que o Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio, comete à Câmara Municipal. **r)** - Decidir sobre o licenciamento para instalação e utilização dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de Setembro; **s)** - Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho (Regime jurídico das instalações desportivas de uso público); **t)** - Conceder as licenças previstas no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto, bem como decidir nas restantes matérias que este diploma legal comete à Câmara Municipal; **u)** - Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 306/2009, de 23 de Outubro (Regime jurídico das obras em prédios arrendados), bem como pelo Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de Agosto (prédios devolutos); **v)** - Realizar vistorias e executar, de forma exclusiva ou participada, a actividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos; **w)** - Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas; **x)** - Emitir licenças, matrículas, livretes e transferências de propriedade e respectivos averbamentos e proceder a exames, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos; **y)** - Decidir sobre o licenciamento da actividade de transportes em táxi, nos termos do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 156/99, de



14 de Setembro e 106/2001 de 31 de Agosto, e pelos Decretos-leis nºs 41/2003, de 11 de Março e 4/2004, de 6 de Janeiro, bem como decidir nas restantes matérias que este diploma legal comete à Câmara Municipal; **z)** - Instruir e decidir todos os processos de contra-ordenação, aplicando as respectivas coimas nos termos da lei, bem como determinar medidas cautelares e sanções acessórias, sempre que a competência para os mesmos seja atribuída por lei à Câmara Municipal; **aa)** - Determinar todas as medidas cautelares sempre que a competência para as mesmas seja atribuída por lei à Câmara Municipal. **6 – Outras:** **a)** – Administrar o domínio público municipal; **b)** - Exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. Votou contra o Vereador António Salgado Almeida. -----

CÂMARA – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL – Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respectivos Estatutos, dois Vereadores para, juntamente com o Presidente, representar a Câmara Municipal de Guimarães na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Ave. Nestes termos e para aqueles efeitos, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** – Que sejam designados: **2.1** - O Vereador Domingos Bragança Salgado; **2.2** – O Vereador Amadeu Artur Matos Portilha”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1.**

DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2, com sete votos a favor, um voto contra e três em branco. -----

CÂMARA – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE AVEPARK, SA – Presente a seguinte proposta: “Para

cumprimento da lei e dos respectivos Estatutos, é necessário designar os representantes da Câmara Municipal de Guimarães para integrar o Conselho de Administração da Sociedade gestora do Pólo do Ave do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, designada por AVEPARK, SA.

Nestes termos e para aqueles efeitos, proponho: **1** – Que, nos termos do n.º 1 do art. 90.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** – Que sejam designados: **2.1** - O Vereador Domingos Bragança Salgado. **2.2** – O Vereador César Manuel de Castro Machado”.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2, com sete votos a favor, um voto contra e três em branco. -----

CÂMARA – CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EEM – DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário que a Câmara Municipal designe os membros dos órgãos sociais da Entidade Municipal **CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EEM**, nos termos do disposto no nº 2 do



artigo 6º e no nº 1 do artigo 7º dos respectivos Estatutos. Para este efeito, proponho à Câmara Municipal: **1** - Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de designação dos elementos constantes do ponto **2** seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados os seguintes elementos para o **Conselho de Administração da CASFIG**: **2.1 - Presidente** – Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Directora do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal; **2.2 - Vogal** – António Monteiro de Castro, Engenheiro Civil; **2.3 - Vogal** – Alberto Teixeira de Oliveira, Reformado”.
DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1.
DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2, com sete votos a favor, um voto contra e três em branco. -----

CÂMARA – VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA – DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS –
Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico é necessário que a Câmara Municipal designe os membros dos órgãos sociais da Entidade Intermunicipal Municipal **VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA**, para cumprimento dos artigos 14º e 17º dos respectivos Estatutos. Para este efeito, proponho à Câmara Municipal: **1** - Que, nos termos do nº 1, do art. 90º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de designação dos elementos constantes dos pontos **2** e **3** seja votada no seu conjunto. **2** – Que, para a **Assembleia-Geral**, seja designado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, António Magalhães; **3** – Que, para o **Conselho**

de Administração, sejam designados os seguintes elementos: - Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Professor do Ensino Secundário; - Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, Advogado”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2**, com sete votos a favor, um voto contra e três em branco. -----

CÂMARA – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, EM LIQUIDAÇÃO – DESIGNAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Presente a seguinte proposta:

“Com o início do novo mandato autárquico é necessário aprovar a designação dos membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em liquidação, pelo que proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** – Que sejam designados os seguintes membros para o Conselho de Administração dos SMAS: **Presidente** – António Magalhães (Presidente da Câmara Municipal; **1.º Vogal** – Domingos Bragança Salgado (Vereador da Câmara Municipal); **2.º Vogal** – Amadeu Artur Matos Portilha (Vereador da Câmara Municipal)”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2**, com sete votos a favor, um contra e três em branco. -----

CÂMARA – E.C.C. – ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM –

Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar nos termos dos respectivos Estatutos, um representante desta Câmara Municipal no Conselho Directivo da ECC –



Estação Central de Camionagem. Para este efeito, proponho que seja designado o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha”. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR,** com sete votos a favor, um contra e três em branco. -----

CÂMARA – “A OFICINA, CIPRL” – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respectivos Estatutos, os representantes da Câmara nos órgãos sociais da Cooperativa. Para este efeito, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados: **2.1** - Como representante da Câmara Municipal na **Assembleia-Geral**, Lino Moreira da Silva, Professor Universitário e Escritor; **2.2** - Como **Presidente da Direcção**, Francisca Maria da Costa Abreu, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães. **2.3** - Como **Presidente do Conselho Fiscal**, João Ferreira Pinto Melro, Técnico de Contas”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2,** com sete votos a favor, um contra e três em branco. -----

CÂMARA – TURIPENHA – COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico é necessário

designar, nos termos dos respectivos Estatutos, os representantes da Câmara Municipal de Guimarães nos respectivos órgãos sociais. Para este efeito, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** – Que sejam designados: **2.1** - Para a **Assembleia-Geral**, o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, António Magalhães; **2.2** - Para a **Direcção**, – Miguel Pires de Almeida Frazão, Director do Departamento dos Serviços Urbanos e Ambiente da Câmara Municipal de Guimarães; - Miguel Ribeiro de Sousa, Técnico de Contabilidade; - Domingos José Ferreira Nobre, Director do Departamento de Acção Social e Cultural da Câmara Municipal de Guimarães”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2**, com sete votos a favor, um contra e três em branco. -----

CÂMARA – ECOAVE – SUCATAS – C.I.P.R.L. – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico é necessário designar, nos termos dos respectivos Estatutos, os representantes da Câmara Municipal de Guimarães na COOPERATIVA ECO AVE – SUCATAS – C.I.P.R.L., na qualidade de Presidentes, respectivamente, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Para este efeito, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados: **2.1** –



Para a **Assembleia-Geral**, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira, Comerciante; **2.2 - Como Presidente do Conselho de Administração**, Amadeu Artur Matos Portilha, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; **2.3 - Como Presidente do Conselho Fiscal**, Avelino da Costa Marques, Advogado”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2**, com sete votos a favor, um contra e três em branco. -----

CÂMARA – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CIPRL – Presente a seguinte proposta:

“Com início do novo mandato autárquico é necessário designar, nos termos dos respectivos Estatutos, os representantes da Câmara Municipal na Cooperativa FRATERNA, na qualidade de Presidentes, respectivamente, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Para este efeito, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados: **2.1** – Como **Presidente do Conselho de Administração**, o Presidente da Câmara, António Magalhães; **2.2** - Como **Presidente do Conselho Fiscal**, Manuel Martins Salgado, Gerente de Instituição Bancária”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2**, com sete votos a favor, um contra e três em branco. -----

CÂMARA – COOPERATIVA TEMPO LIVRE – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL – Presente a seguinte proposta: “Com início do novo mandato autárquico é

necessário designar os representantes da Câmara Municipal na Cooperativa “Tempo Livre”, na qualidade de Presidentes, respectivamente, da Direcção e do Conselho Fiscal. Para este efeito, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados: **2.1** – Como **Presidente da Direcção**, o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha; **2.2** - Como **Presidente do Conselho Fiscal**, José Leite Ferreira Lopes”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2**, com sete votos a favor, um contra e três em branco. -----

CÂMARA – “TAIPAS TURITERMAS”, CIPRL – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respectivos Estatutos, os representantes da Câmara Municipal nos correspondentes órgãos sociais. Para este efeito, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** – Que sejam designados: **2.1** - Como representante da Câmara Municipal na **Assembleia Geral**, Amadeu Artur Matos Portilha, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; **2.2** - Como **Presidente do Conselho Fiscal**, Domingos Bragança Salgado, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; **2.3** - Como **Presidente da Direcção**, Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Bancário”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE,**



APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2, com sete votos a favor e quatro contra. -----

CÂMARA – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO CENTRO PARA A VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS – Presente a seguinte proposta: “Com início do novo mandato autárquico é necessário designar o representante da Câmara Municipal de Guimarães para integrar o Conselho de Administração. Nestes termos e para aquele efeito, proponho que seja designado o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha”. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR,** com sete votos a favor, um contra e três em branco. -----

CÂMARA – COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL (CAM) – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Com início do novo mandato autárquico é necessário designar, nos termos do art. 5º do Decreto-lei n.º 161/2006, de 8 de Agosto, diploma que regula as Comissões Arbitrais Municipais (CAM) previstas no art. 49º do Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, o representante da Câmara Municipal naquela Comissão, que desempenhará, por inerência, o cargo de Presidente. Assim, proponho que a Câmara Municipal designe, para aquele efeito, o Vereador César Manuel de Castro Machado”. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR,** com sete votos a favor, um contra e três em branco. -----

SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO MUNICIPAL – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art. 17º, da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho (Estatuto dos

Eleitos Locais), alterada e republicada pela Lei nº 52-A/2005, de 10 de Outubro, proponho que a Câmara Municipal delibere: - Que o seguro de acidentes pessoais, em relação aos membros do Órgão Executivo em regime de permanência, seja de valor correspondente a cinquenta vezes a respectiva remuneração mensal. - Que o seguro de acidentes pessoais, relativamente aos demais membros, seja fixado em cinquenta por cento do valor fixado para os vereadores em regime de permanência”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS E PERMANENTES – MANDATO 2009-2013 – Presente a seguinte

proposta: “Considerando a existência de despesas diversas de carácter obrigatório e permanente, torna-se necessário conceder uma autorização genérica que permita proceder aos respectivos pagamentos sem recurso a despachos específicos e pontuais autorizadores dessas despesas. Assim, ficam autorizadas, para o mandato de 2009-2013, designadamente as seguintes despesas ou transferências: a) Diversas entidades por operações não orçamentais (Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Direcção Geral do Tesouro, Conservatória dos Registos Centrais, etc.); b) Retenções aos montantes da participação dos Municípios nos impostos do Estado (Fundos Municipais); c) Seguros diversos (contra incêndios, acidentes de trabalho e pessoais, de veículos e velocípedes, etc.); d) Contribuições, impostos e emolumentos devidos pelo Município; e) Vencimentos, salários e quaisquer outros proventos, incluindo abonos e subsídios previstos na lei, devidos aos trabalhadores do Município; f) Subsídios de férias, Natal, casamento, funeral, horas extraordinárias, ajudas de custo e abono de transporte; g) Encargos com assistência na doença aos trabalhadores do Estado; h) Pensões de aposentação que constituam encargos do Município; i) Vencimentos, salários e quaisquer outros



proventos, incluindo abonos e subsídios previstos na lei, devidos aos Eleitos em regime de permanência, bem como senhas de presença a pagar aos demais Eleitos, quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal; j) Consumo de água; k) Consumo de energia eléctrica; l) Fornecimento de serviço de telecomunicações; m) Fornecimento de serviço de correspondência postal; n) – Serviços bancários diversos”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE PESSOAL NÃO DOCENTE DOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, a Câmara Municipal deliberou, em reunião de 21 de Maio de 2009, delegar nos órgãos da Direcção, Administração e Gestão dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas, as competências relativas a: - Afectação e colocação de Pessoal; - Gestão de carreiras e remunerações; - Avaliação do desempenho do pessoal não docente. Mantendo-se os mesmos pressupostos que estiveram de base de tal deliberação, proponho, para o corrente mandato autárquico, que tal delegação de competências seja aprovada naqueles precisos termos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO – LISTAGEM DAS DECISÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA, TOMADAS NO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO, PARA RATIFICAÇÃO NA 1ª REUNIÃO DO EXECUTIVO CAMARÁRIO APÓS AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 11 DE OUTUBRO DE 2009

– Presente a seguinte informação: “ Em cumprimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 12/10/2009, segue em anexo a listagem dos actos praticados relativamente a Licenças de ciclomotores,

tendo em vista a subsequente ratificação pelo novo executivo municipal, nos termos do nº 2 do artº 3º da Lei 47/2005, de 29 de Agosto. -----

Requerente	Assunto	Data do Despacho
Adriano Ribeiro	2ª Via de licença - GMR 303700	12-10-2009
António Oliveira Pinto	2ª Via de licença - GMR 306745	12-10-2009
António Ribeiro	Renovação de licença - GMR 300018	12-10-2009
Adelino Castro	2ª Via de licença - GMR 300203	15-10-2009
Pedro Rodrigues	2ª Via de licença - GMR 300866	16-10-2009
António Félix Leite	2ª Via de licença - GMR306746	16-10-2009
José Silva Ribeiro	2ª Via de licença - GMR 306747	19-10-2009
José António Carvalho Santos	2ª Via de licença - GMR 302215	21-10-2009
Joaquim Vieira Ferreira	2ª Via de licença - GMR 302385	22-10-2009
José de Freitas	2ª Via de licença - GMR 303772	22-10-2009

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE URGEZES –

PROCEDIMENTO – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 20 de Agosto de 2009, que concordou com a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “Os elementos do júri do presente procedimento em n.º de 5 (3 efectivos e 2 suplentes) foram designados pela Câmara Municipal aquando da abertura do procedimento. Constata-se, porém, que na presente data se encontram em gozo de férias 3 desses elementos, o que invalida a constituição de um júri com 3 elementos efectivos. Assim, para que o júri possa funcionar com os 3 membros obrigatório por lei, proponho que seja designado o Arq. José Filipe Tavares Fontes, Chefe de Divisão de Estudos e Projectos, para integrar aquele júri, até ao regresso de



um dos membros do júri inicialmente designado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE URGEZES –
REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

– Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano de Actividades para os anos de 2009 e 2010 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €770.000,00 e €680.000,00 respectivamente, destinada a suportar a despesa, com a rubrica 01:02:17. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “Santana e Ca, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 19 de Agosto de 2009, pelo preço de €2.297.190,37 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2009** – 30.583,32 € + IVA = €32.112,49; **Ano de 2010** – €1.819.243,95 + IVA = 1.910.206,15; **Ano de 2011** – 447.363,10 € + IVA = €469.731,25.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE URGEZES –
ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

– Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “Tendo tido conhecimento pelos Serviços do Património que se encontra marcada para o próximo dia 30 de Outubro de 2009 a escritura da aquisição do terreno necessária para a execução da obra “Centro Escolar de Urgezes”, estamos agora em condições de propor a adjudicação nos termos do Relatório Final e da minuta do contrato, em anexo”. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, do art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O Relatório Final e a minuta do contrato

dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE PONTE –
INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** – Presente

a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de:”Centro Escolar de Ponte”, que constitui um eixo prioritário de investimento para o Município, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar que, nos termos do nº5 do artº1º do Decreto-Lei 34/2009 de 6 de Fevereiro, deve ser objecto de deliberação em reunião de Câmara Municipal. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €3.748.200,54 (três milhões setecentos e quarenta e oito mil duzentos euros e cinquenta e quatro cêntimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 01.02.63. **3.** Nos termos da alínea a) do n.º1 e do nº2 do art.º 1º do Decreto Lei 34/2009, de 6 de Fevereiro, propõe-se a adopção de um ajuste directo, sem publicação de anúncio no JOUE, ao abrigo do nº1 do art.º 5º do Decreto Lei 34/2009 de 6 de Fevereiro. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e Programa de Procedimento com: Fixação do preço base em €3.748.200,54 (três milhões setecentos e quarenta e oito mil duzentos euros e cinquenta e quatro cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço. **5.** Relativamente à tramitação procedimental, e de acordo com o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 22 de Outubro de 2009, serão convidadas as seguintes entidades: Alberto Couto Alves, SA; Norlabor – Engenharia e Construção SA; Casais – Engenharia e Construção, SA e Somague – Engenharia SA. **6.** Para a



condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vitor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais. **7.** Para aprovação de Erros e Omissões propõe-se que o Júri do Procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Caderno de Encargos e Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL – CALDELAS PARA CENTRO ESCOLAR – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de “Reconversão da EB1 do Pinheiral – Caldelas para Centro Escolar”, que constitui um eixo prioritário de investimento para o Município, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar que, nos termos do nº5 do artº1º do Decreto-Lei 34/2009 de 6 de Fevereiro, deve ser objecto de deliberação em reunião de Câmara Municipal. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €1.809.230,58 + IVA, a

satisfazer pela dotação 01.02.62. **3.** Nos termos da alínea a) do n.º1 e do n.º2 do art.º 1º do Decreto Lei 34/2009, de 6 de Fevereiro, propõe-se a adopção de um ajuste directo, sem publicação de anúncio no JOUE, ao abrigo do n.º1 do art.º 5º do Decreto Lei 34/2009 de 6 de Fevereiro. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e Programa de Procedimento com: Fixação do preço base em €1.809.230,58 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço. **5.** Relativamente à tramitação procedimental, e de acordo com o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 21 de Outubro de 2009, serão convidadas as seguintes entidades: Construções Dias da Silva, Lda; N.V.E. Engenharias, SA; Sociedade de Construções Guimar; José Augusto Mendes Ribeiro, Lda; **6.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vitor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais. **7.** Para aprovação de Erros e Omissões propõe-se que o Júri do Procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Caderno de Encargos e Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----****PATRIMÓNIO – VENDA EM HASTA PÚBLICA DE 8 VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA E OUTROS –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “No dia 9 de Outubro de 2009, pelas 14h30m, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal Raul Brandão o acto público para a venda de 8 (oito) veículos abandonados na via pública, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 31 de Agosto de 2009, tendo sido lavrada a respectiva acta, que se anexa. Conforme consta daquele documento, os veículos identificados no Programa da Hasta Pública sob os nºs 1 a 7 foram adjudicados provisoriamente à empresa “Recife – Desmontagem de Veículos, Lda” pelo preço unitário de €125,00, tendo a viatura nº 8 sido adjudicada, também provisoriamente, à sociedade “Metais Jaime Dias, Lda” pelo valor de €150,00. Assim, submete-se à consideração superior a arrematação definitiva às referidas empresas, pelos indicados valores, devendo em caso de concordância, o assunto ser apresentado a reunião de Câmara para deliberar nos termos do disposto na alínea e), nº 1 do artigo 64º da Lei nº 69/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À consideração superior”. A referida acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**PATRIMÓNIO – EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS PARA A CIDADE DESPORTIVA – FREGUESIA DE CANDOSO S.**

TIAGO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Em reunião realizada em 26 de Junho de 2008, a Câmara Municipal deliberou requerer ao membro do Governo competente, a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação de 5 parcelas de terreno identificadas naquela deliberação, ao abrigo da alínea c), nº 7, do

artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. O respectivo processo foi posteriormente instruído e remetido à Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), com vista à obtenção de despacho do Sr. Secretário da Administração Local que declarasse aquela utilidade pública. Em Janeiro de 2009, a DGAL veio informar que aquela deliberação necessitava de ser rectificada, no sentido de ser expressa e claramente mencionada, na resolução que requer a declaração de utilidade pública, a causa da utilidade pública a prosseguir e a norma habilitante, bem como a previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação, tendo por base a quantia que fosse determinada em avaliação actualizada, documentada por relatório de perito da lista oficial do Ministério da Justiça. Face a esta posição, foi solicitada a avaliação das parcelas em causa a um perito da lista oficial, a qual foi posteriormente comunicada aos interessados, com vista à tentativa de aquisição dos bens por via do direito privado, conforme disposto no artigo 11º do Código das Expropriações. Estes, por sua vez, responderam negativamente à proposta do Município e não apresentaram contraproposta. Ainda que conste da referida deliberação que as parcelas de terreno em causa se destinam a equipamento da denominada “Cidade Desportiva”, deverá agora mencionar-se que a aquisição das parcelas visa permitir a implantação de uma pista de atletismo, criar zonas de estacionamento, arruamentos de circulação de automóveis e zonas verdes de lazer para fruição de toda a população, no âmbito da denominada “Cidade Desportiva”, ao abrigo do estipulado na alínea f), nº. 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no contexto da competência da Câmara Municipal para criar, construir e gerir instalações e equipamento, plasmada neste articulado. Por outro lado, deverá ser rectificado o valor dos



encargos previstos com a expropriação destes terrenos para o valor total de € 3.655.802,04, em conformidade com a avaliação efectuada por perito da lista oficial, uma vez que na deliberação de Câmara de 26 de Junho de 2008 foi considerado o valor de € 1.104.483,20, resultante da quantia acordada e que constava da minuta do acordo de permuta ali mencionada. Assim, deverá ser deliberado rectificar a deliberação de Câmara de 26 de Junho de 2008, nos termos expostos e, no uso das competências conferidas pela alínea c), nº 7º do artigo 64º da indicada Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, requerer ao membro do Governo competente a declaração de utilidade pública, para efeito de expropriação, das parcelas de terreno a seguir identificadas”. -----

Parcela	Área	C. R. Predial	Finanças	Confrontações	PDM
A	7.600m ²	00040/Candoso S. Tiago	47 R	Norte – Caminho; Sul – Rua dos Vencedores; Nascente e Poente – Elvira Ferreira Guimarães Oliveira	RAN
B	9.500m ²	00038/Candoso S. Tiago	76 R	Norte e Nascente – Elvira Ferreira Guimarães Oliveira; Sul – Elvira F. G. Oliveira e caminho; Poente – Maria do Céu Leite da Cunha	RAN (Parte desafectada)
C	3.650m ²	00586/Candoso S. Tiago	108 R	Norte e Poente – Domingos Machado Mendes; Sul e Nascente – Timóteo Vasconcelos	RAN (Desafectada)
D	55.170m ²	00544/Candoso S. Tiago	38 R	Norte – Caminho público; Sul – Porfírio da Silva Mendes e Joaquim Pereira; Nascente - Maria Helena Leite; Poente – António Castro Pereira	RAN (Desafectada)
E	9.245m ²	00696/Candoso S. Tiago	138 R	Norte – Caminho Público; Sul e Poente – terras do Casal das Mondas; Nascente – Rego	RAN (Desafectada)

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se o Vereador António Salgado de Almeida. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram **declaração de voto:** “Os Vereadores eleitos nas lista do PSD votaram contra o ponto 30 da agenda da reunião da Câmara Municipal de Guimarães, realizada no dia 29 de Outubro de 2009, pelas seguintes razões: 1 – A deliberação hoje tomada corresponde a uma rectificação da deliberação tomada na reunião de Câmara de 26 de Junho de 2008; 2 – Mantemos tudo o que na ocasião dissemos, quer em sede de intervenção, quer em sede de declaração de voto na ocasião apresentada. 3 – Não deixamos todavia de chamar a atenção para o valor que agora se estima como custo em sede de expropriação, salientando, em primeiro lugar, que o objecto da expropriação hoje existente é completamente distinto do objecto existente há oito anos atrás e, em segundo lugar, que a autarquia teria poupado uma verba importante do erário público caso, em 2001, tivesse optado, logo, pela expropriação dos terrenos em vez de optar pela celebração do acordo de permuta. A comprová-lo, encontram-se os valores na ocasião pagos em virtude das expropriações de terrenos adjacentes”. -----

INDEMNIZAÇÃO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Em 20 de Dezembro de 2006, deu entrada nesta Câmara Municipal uma exposição subscrita pelo Sr. Diogo António Gonçalves da Silva, residente na Rua Nossa Senhora de Madre Deus, n.º485 R/Chão Esq. em Azurém, participando que ao conduzir a viatura de matrícula 54-80-IH marca Ranger-Rover, RFHNXN, no dia 11/12/2006, caiu num buraco não sinalizado sito na Rua Dr. João Afonso de Almeida, pelas 16:10 Horas tendo causado danos no veículo cujo proprietário é o Sr. António Ferreira da Silva, residente na Av. Ponte das



Traves, n.º 13, Celeirós, Braga. Os serviços do Departamento de Obras Municipais desta Câmara, informaram que a rua apresentava vestígios do buraco ter sido reparado e que tinha sido resultado da obra de instalação de novas condutas de abastecimento de água que o empreiteiro Domingos da Silva Teixeira, S.A. executou por conta da Vimágua. Esta empresa por sua vez comunicou à Câmara que durante o período de garantia da obra a responsabilidade cabe ao empreiteiro, que é possuidor de seguro para esse efeito. A empresa VHM, que fiscalizou e coordenou a segurança da empreitada de “CP/7/04 – conduta elevatória da captação do Ave ao reservatório de Azurém (Pegada)”, declina qualquer responsabilidade no acidente, uma vez que a zona do arruamento sem pavimentação não corresponde à zona de abertura da vala da referida empreitada, pelo que não podem ser imputadas responsabilidades ao empreiteiro Domingos da Silva Teixeira, S.A. Não concordando com estas conclusões, o Sr. António Ferreira da Silva, proprietário do veículo intentou junto dos tribunais competentes, Acção Administrativa Comum, para efectivação de responsabilidade civil contra o Município de Guimarães, Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela – E.I.M. e Domingos da Silva Teixeira, SA. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, entende que o acidente se deveu a omissão pelo Réu Município porquanto não sinalizou, como se impunha a existência do buraco. Deve-se pois dar andamento ao acórdão/sentença com vista a pagar ao autor do processo Sr. António Ferreira da Silva, a quantia indemnizatória em que o Município foi condenado. Considerando a data da sentença e a data actual, os juros entretanto vencidos ascendem a €69,98, pelo que o total da quantia em dívida é, nesta data, de €1.824,35. A fim de evitar o acréscimo de mais juros de mora submete-se à consideração do Sr. Presidente da Câmara Municipal a emissão do cheque no valor de €1.824,35 ao lesado Sr.

António Ferreira da Silva, com o n.º de contribuinte 134 767 470, que depois será entregue no Gabinete do Sr. Dr. Luís Filipe Teixeira e Melo. O despacho do Sr. Presidente será ratificado na próxima reunião de Câmara”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO COM O CENTRO PAROQUIAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 DE ANCIDE/MOREIRA DE CÓNEGOS – ANO LECTIVO

2009/2010 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação:

“Como é do conhecimento superior, é celebrado anualmente com o Centro Paroquial de Moreira de Cónegos um protocolo para fornecimento de refeições aos alunos da EB1 de Ancide. Assim, e de modo a dar continuidade ao apoio que tem vindo a ser prestado a este estabelecimento de ensino, propõe-se a renovação do protocolo com aquela Instituição para fornecimento de refeições a 39 alunos que, de acordo com informações do Agrupamento de Escolas de Moreira de Cónegos, irão usufruir de almoço no ano lectivo 2009/2010. Mais se informa que o fornecimento de refeições a estes alunos implica à Autarquia um custo anual previsível de €6.446,70, repartido da seguinte forma: - Setembro a Dezembro de 2009 - €2.556,45; Janeiro a Junho de 2010 - €3.890,25. Para deliberação em reunião de Câmara junto se anexa dois exemplares do protocolo a celebrar entre as entidades”. O referido protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Por



deliberação de 18 de Dezembro de 2008 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, o qual entrou em vigor no dia 13 de Janeiro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FARMÁCIAS – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2010 – Presente um ofício da Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região de Saúde de Braga enviando, para aprovação, os mapas do regime de turnos das Farmácias de serviço proposto pela Associação Nacional de Farmácias, para vigorar no ano de 2010 no concelho de Guimarães. Os mapas do regime de turnos das farmácias de serviço dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO – FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Considerando o período experimental decorrente da alteração à postura de trânsito na confluência das Ruas de Agrelas e Casas Novas, freguesia de Selho S. Jorge. Considerando a avaliação francamente positiva quanto à fluidez e segurança do trânsito na mini rotunda localizada na confluência dos referidos arruamentos, propomos a sua aprovação definitiva”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER**

À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Prazins Santo Tirso aprovou as seguintes denominações: 37 – **Rua do Redolho** – Tem início na Rua Central e termina no entroncamento com a Rua 1.º de Maio; 38 – **Rua da Ribeira** – Arruamento com início e fim na Rua 1.º de Maio; 39 – **Rua António Pereira Ferraz** – Tem início na Av.^a de Santo Tirso e termina no entroncamento com a Rua Central; 40 – **Rua 1.º de Maio** – Tem início na Av.^a de Santo Tirso e termina no limite de freguesia com Gominhães. Assim, nos termos da alínea v) do n.º 1 do art.º 64.º da lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Prazins Santo Tirso”. As plantas com a designação toponímica dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – LIGAÇÃO ENTRE O LARGO REPÚBLICA DO BRASIL E O CEMITÉRIO DE MONCHIQUE – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Considerando a localização do Cemitério Municipal de Monchique, freguesia de Mesão Frio; Considerando a inexistência de transportes públicos entre o centro da cidade e o cemitério; Será implementada, nos dias 31 de Outubro e 1 de Novembro a ligação entre a paragem de transportes públicos do Largo República do Brasil junto às antigas instalações do Colégio Nossa Senhora da Conceição e o Cemitério de Monchique, com uma viatura do Município. Assim, este transporte



gratuito, terá o horário constante do mapa, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DO DISTRITO DE BRAGA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Outubro de 2009, que disponibilizou, à Associação de Xadrez do Distrito de Braga, o transporte, em autocarro, dos alunos dos Agrupamentos de Escolas João de Meira, Egas Moniz, Gil Vicente e Afonso Henriques ao Pavilhão Multiusos, no passado dia 2 de Outubro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Setembro de 2009, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, o transporte, em autocarro, dos alunos do 1.º ano e Jardim-de-infância da EB1/JI Alto da Bandeira ao Museu de Alberto Sampaio, no passado dia 6 de Outubro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Setembro de 2009, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, o transporte, em autocarro, de alunos da EB1 de Salgueiral ao Castelo de Guimarães e Paço dos Duques de Bragança, no passado dia 8 de Outubro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO

DÂMASO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, de 29 de Setembro de 2009, que disponibilizou ao Centro Social e Paroquial de S. Dâmaso o transporte, em autocarro, de 66 crianças a S. Torcato, no passado dia 9 de Outubro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – CASFIG – ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL – PLANO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PEETI) – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de Outubro de 2009, que disponibilizou, à CASFIG – Entidade Empresarial Municipal, o transporte, em autocarro, dos alunos que frequentam o Programa PEETI no decorrer do ano lectivo 2009/2010, na Sede da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE LORDELO CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara que disponibilizou, à Associação de Reformados de Lordelo, o transporte, em autocarro, de 44 crianças e 8 adultos à Quinta das Manas, freguesia de Polvoreira, no passado dia 14 de Outubro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS EGAS MONIZ – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara que disponibilizou o transporte, em autocarro, de 11 alunos e 3 professores do Curso de Educação e Formação de Operador de Armazém a uma unidade fabril de Joane, no passado dia 22 de Outubro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – ANCI – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONTROLO DE INFECÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A ANCI – Associação Nacional de Controlo de Infecção solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos participantes nas II Jornadas de Controlo de Infecção, que se realizam no dia 13 de Novembro em Guimarães. Considerando que no programa inclui uma visita pelos locais de maior interesse turístico e cultural e que se trata de uma oportunidade de divulgação do nosso concelho e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado, bem como a prestação de trabalho extraordinário”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas de Pevidém solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos dos 3.º e 4.º ano da EB1/JI do Barreiro, Gondar, Eirinha – Serzedelo, Pevidém, S. Martinho e S. Cristóvão ao Centro Histórico e Museu Alberto Sampaio. Considerando que no programa inclui uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE LORDELO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte

informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Associação de Reformados de Lordelo solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 44 crianças e 8 adultos à Quinta das Manas/Polvoreira, no dia 10 de Novembro. Assim, considerando que se trata de uma Instituição de Solidariedade Social e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a

seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1 de Cadoso S. Tiago ao Paço dos Duques de Bragança, nos próximos dias 19 e 25 de Novembro. Considerando que se trata de uma deslocação que tem como objectivo a realização de uma visita de estudo e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, EPE – DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA O CANCRO DA MAMA – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento

de Serviços Urbanos e Ambiente: “Inserido nas comemorações do Dia Nacional de Luta Contra o Cancro da Mama, o Serviço do Bloco Operatório do centro Hospitalar do Alto Ave, EPE – Guimarães, vai promover um espectáculo aberto a toda a população de Guimarães, que



conta com a participação especial de um grupo de teatro denominado “Rosa Esperança”, encenado por um conjunto de mulheres mastectomizadas, para tal solicitou a colaboração do Município através da cedência de transporte para o referido grupo nos dias 31 de Outubro e 1 de Novembro. Assim, considerando que se trata da realização de um espectáculo de manifesto interesse cultural e pedagógico, submete-se à aprovação do executivo camarário o aluguer de um autocarro para assegurar o transporte solicitado, pelo valor de €720,00 (setecentos e vinte euros). **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO TÁVORA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Fernando Távora solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 13 alunos das unidades de autismo das Escolas EB1 de Motelo e EB1/JI Nossa Senhora da Conceição todas as quartas-feiras do corrente ano às Piscinas Municipais. Assim, considerando tratar-se de alunos com extrema dificuldade de relacionamento interpessoal e social para os quais a prática de natação assume relevante importância e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

BANDEIRAS – JUNTA DE FREGUESIA DE DONIM – BANDEIRA DA CIDADE – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de Setembro de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Donim uma Bandeira da Cidade. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE VERMIL – FESTA EM HONRA DE S. MIGUEL-O-ANJO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 25 de Setembro de 2009, que concedeu, à Junta de Freguesia de Vermil, um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Miguel-o-Anjo, realizadas nos passados dias 19 e 20 de Setembro, num máximo de €9,15 (nove euros e quinze cêntimos). **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

Pelas 10.50 horas, o Presidente da Câmara deu a palavra ao **Vereador José Manuel Antunes** que leu um documento em voz alta pedindo que o seu conteúdo, que a seguir se transcreve, ficasse transcrito em acta: “No início deste novo mandato quero, em representação dos Vereadores do PSD, cumprimentar todos os membros deste órgão autárquico e desejar a todos um bom mandato. Sabemos respeitar os compromissos assumidos com os vimaranenses, bem como os resultados eleitorais. A maioria socialista que foi eleita para governar, contará sempre com a nossa disponibilidade para colocar acima dos interesses do PSD os interesses de Guimarães. Os vimaranenses podem contar com a determinação dos Vereadores do PSD no sentido de honrarmos o compromisso que com eles assumimos em torno do nosso programa eleitoral e com a garantia da nossa vontade em contribuir para a construção de um futuro melhor para Guimarães, por via da intervenção política e da preparação de uma alternativa política ao Partido Socialista em Guimarães”. -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: 1 – Do acidente ocorrido hoje de manhã com um trabalhador da Câmara,



Jardineiro, que foi atropelado junto da Circular, no exercício das suas funções, sendo as informações reservadas quanto ao estado de saúde do trabalhador; 2 – Referiu algumas situações mais delicadas ocorridas na sequência do incêndio na Rua de Camões, bem como as diligências que a Câmara Municipal está a seguir para ajudar as famílias residentes. -----

**PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU
POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR,
SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**